



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 235 - DE 25 DE MARÇO A 8 DE ABRIL DE 2002- R\$ 1,00

**Greve Nacional de 21 de março:
Um milhão foram às ruas pelo país,
apesar da pouca convocação e da
política de colaboração da CUT**



**Liberdade imediata para os
presos políticos do MST:**

Adriano Paiva Coutinho, Antônio Cleber Braga, Álvaro Alves Alcântara Júnior, Celito Carlos da Costa, Clécio Ferreira Bastos, Clédson Mendes da Silva, Donizete Salvador Pereira, Edvaldo José da Silva, Flávio de Souza Mello, Hermínio Alves Rosa, João Paulo de Oliveira, Jorge Augusto Xavier de Almeida, José Abadia Gonçalves dos Santos, José Augusto Gonçalves de Souza, Roberto Machado de Souza e Ronaldo Fabiano de Campos.

**MST é traído e humilhado pelo governo
Lula e Marta condenam a ocupação**



**O POR apóia as ocupações dos sem-terra
Esse é o caminho! Nada de confiar no governo!
Nada de esperar que um governo eleito resolva!
Construir a aliança operário-camponesa!**

Governo dos latifundiários age como víbora

A prisão e humilhação dos camponeses que dirigiram a ocupação da fazenda pertencente ao filho de FHC foram não só a defesa da propriedade latifundiária mas também um ato de vingança. O dono das terras e presidente da República encenou uma negociação para a "desocupação pacífica".

Cercados de centenas de policiais e soldados armados para guerra, os sem-terra fizeram um acordo com os ouvidores agrários Maria de Oliveira e Gerçino da Silva, que previa nenhum tipo de repressão. No momento da saída, a polícia federal exigiu que as lideranças fossem os últimos para que assistissem a uma vistoria da sede da fazenda. Era uma armadilha: separaram os líderes, os algemaram e os jogaram ao chão como animais.

Em várias ocasiões os sem-terra de Buritis (MG) protestaram em frente à fazenda Córrego da Ponte, exigindo do governo assentamentos e condições de plantio. Desta vez, ocuparam-na com as mesmas reivindicações.

O Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, ludibriou os sem-terra em várias situações de conflito com promessas de financiamento e solução de assentamento. Agora, a víbora sinuosa voltou ao bote.

Os trabalhadores aprendem assim que não se pode confiar em acordos com o governo e os capitalistas.

Uma ocupação de terra reflete o choque geral entre latifundiários opressores



e camponeses oprimidos. A defesa de uma propriedade dos meios de produção é defesa do regime econômico de propriedade capitalista. Eis por que prevalece a violência dos capitalistas e seu Estado contra os camponeses.

É preciso não esquecer que, sob o governo de FHC, houve duas chacinas de sem-terra - Corumbiara (RO, agosto de 1995) e Eldorado dos Carajás (PA, abril de 1996) - e que se montou uma farsa jurídica processual contra os assassinos, que permanecem impunes.

O Presidente, dono da Córrego da Ponte, tem as mãos manchadas de sangue camponês. É claro que a ocupação de sua fazenda é o mesmo que pisar na

jararaca.

Todos trabalhadores devem se juntar aos sem-terra para libertar os presos, exigir o cumprimento das reivindicações e combater o governo dos latifundiários, banqueiros e multinacionais. A cada experiência se evidencia a necessidade da aliança operária e camponesa, que tenha por objetivo derrotar a burguesia nacional e internacional. Amadurece a necessidade da classe operária e demais trabalhadores discutirem e se decidirem pela estratégia de um governo operário e camponês, que destrua a ditadura de classe dos capitalistas e a substitua pela ditadura de classe do proletariado contra a minoria exploradora.

Que canalha!

Lula foi pressionado por FHC e pelo Ministro da Justiça a condenar a ocupação.

Qual foi sua posição? "Sou contra a invasão da casa do Presidente como sou contra a invasão da casa de todo e qualquer cidadão brasileiro", disse Lula.

Está aí o pensamento burguês do candidato "operário" comprado pela burguesia. Colocou-se ao lado de todos candidatos, de Roseana Sarney a Ciro Gomes, contra os sem-terra.

A resposta acima é cinismo típico dos opressores. A ocupação não foi da casa do Presidente, mas sim da fazenda do presidente. Se os camponeses tivessem ocupado a casa do Presidente, o movi-

mento social teria dado um salto de força muito positivo. Ser contra a ocupação da casa de "todo e qualquer cidadão brasileiro" é pressupor que as casas dos miseráveis também estariam ameaçadas de ocupação pelos sem-terra. Milhões dessas casas estão ocupadas pela fome, doenças e mortes prematuras. As casas dos burgueses estão ocupadas pela riqueza, suntuosidade, superabundância e luxo.

Lula quer chegar à presidência a qualquer custo. Vendeu corpo e alma. Pisa nos seus irmãos de classe. Escarra sobre os pobres as idéias dos algozes do povo. Você e seu PT, para atingirem o poder, agarram-se à propriedade dos ca-

pitalistas, que é o cárcere dos operários e camponeses. Lula é um canalha típico da política patronal.

Lula, o proletariado e os camponeses passarão por cima de sua política arrancando pela revolução a propriedade dos meios de produção das mãos da burguesia e transformando-a em propriedade coletiva. Porão fim à miséria e à fome que matam milhões no mundo para sustentar o luxo de uma minoria parasitária.

Você, Lula, ficará para trás como escarrote dos escravocratas. Ninguém lembrará de que você foi um verme, que um dia disse que os trabalhadores tinham de se emancipar da exploração e da fome.

O POR coloca-se inteiramente do lado dos sem-terra

Camponeses, estamos com vocês no combate aos latifundiários, capitalistas e governo. Trabalhamos pela vitória dos oprimidos contra os escravizadores. Para vencê-los temos de usar a força revolucionária: a greve, ocupação, autodefesa e armamento geral dos trabalhadores.

A cada combate vamos nos fortalecendo, mesmo que tenhamos derrotas parciais. Aprendemos enfrentando os capitalistas, seus partidos e seu governo. Vejam que boa lição tiramos das prisões em Buriti: não confiar no governo, não adotar a política do pacifismo. Mais ainda. Observem a posição do PT e Lula, que condenaram a ocupação quando teriam

de defendê-la e exigir a imediata libertação dos presos. Esta também é igualmente uma grande lição: não confiar nos falsos "representantes dos trabalhadores", não ter receio em denunciá-los.

Os explorados terão de se livrar da política burguesa e construir a sua política revolucionária. Ela começa por trabalhar por um governo próprio, um governo operário e camponês, que virá da aliança dos trabalhadores da cidade com os do campo. É com esse governo que esmagaremos a burguesia que hoje nos esmaga e que tomaremos conta de toda economia, tocada por nós.

Por que Lula e o PT condenaram a ocupação? Porque estão do lado da pro-

priedade privada. Não querem destruir os latifúndios, colocarem as fábricas, bancos e supermercados sob o controle das massas. Então não podem estar do lado dos camponeses.

Mas não precisamos dessa gente que se vende aos patrões e se mascaram de defensores dos pobres. Ao contrário, temos de nos livrar deles para o bem de nossa causa.

Essa é a bandeira do POR: união de operários e camponeses contra o governo que prende, persegue e mata trabalhadores. Liberdade imediata aos sem-terra de Buritis, fim de todos os processos contra os lutadores, punição aos assassinos de trabalhadores.

Rondônia

O bloqueio da BR-364 pelo MST e MPA

No início de março, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o MPA (dos pequenos agricultores) ocuparam o INCRA em Ji-Paraná e aguardaram a presença do governador de Rondônia, José de Abreu Bianco (PFL), que havia marcado uma audiência com os trabalhadores. Estes reivindicavam: melhores condições de vida para os assentados em todo o Estado, escolas, melhorias na área de saúde, estradas para escoar a produção etc.

Porém, o governador não compareceu. A revolta levou o bloqueio da BR-364 sobre a ponte do Rio Machado, inviabilizando o acesso aos demais Estados e à capital.

O temor das direções

Os camponeses e pequenos agricultores bloquearam a BR-364 e propunham só arredar pé depois da audiência com o governador. A repercussão do bloqueio foi grande. Em pouco tempo, o congestionamento já atingia mais de 4 quilômetros. Diante da resistência dos trabalhadores, o prefeito de Ji-Paraná (Acir Gurgacz -PDT) e seu vice (Leonirto Rodrigues -PT) exigiram o desbloqueio da estrada e pressionaram as direções do movimento. Estas aceitaram a retirada



do bloqueio com a promessa de uma audiência no dia seguinte.

Isso mostra bem a conduta das direções de não se apoiar na disposição de luta e resistência dos trabalhadores e de aceitar as pressões dos politiquieiros.

O movimento dos camponeses necessita de uma política revolucionária

Os trabalhadores sem-terra têm realizado muitas lutas, enfrentado a violência do governo e dos latifundiários e centenas já foram assassinados nos com-

bates em defesa da reforma agrária e de melhorias nas condições de vida dos assentamentos. Porém, estão sendo dirigidos pela política do reformismo (PT) e da Igreja, que impedem a verdadeira luta pela questão da terra. O exemplo ocorrido em Rondônia é prova disso.

Para avançar, os trabalhadores terão de rechaçar a política de suas direções e se vincularem à política do proletariado. A aliança operária de camponesa, sob a base do programa revolucionário, fortalece a capacidade de luta contra a violência reacionária da burguesia e de seu Estado.

A greve nacional contra a reforma Dornelles (destruição dos direitos trabalhistas)

Dia 21 de março:

A eliminação de conquistas trabalhistas vem sendo imposta nas negociações entre o capital e a burocracia sindical. O Banco de Horas, a redução de salários, os contratos temporários (por tempo determinado) e os salários diferenciados para a mesma função são exemplos de "flexibilização" de direitos trabalhistas. A Força Sindical, que apóia a reforma de Dornelles de retirada de mais de 57 direitos trabalhistas, assinou nessa semana um acordo com o sindicato das empresas de autopeças (Sindipeças) que elimina 5 direitos contidos na CLT. As férias, licença paternidade, horário de refeição, participação nos lucros e 13 salário para 145 mil metalúrgicos de

São Paulo foram barganhados pela Força Sindical. Mas também a CUT vem assinando acordos com as montadoras que retiram direitos dos trabalhadores, como o ocorrido entre a Volks e Marinho.

O problema é que o governo e as multinacionais pressionam para que as Centrais Sindicais aceitem toda a reforma de Dornelles. A Força Sindical prontamente acatou o fim dos direitos trabalhistas. Chegou ao ponto de fazer a campanha publicitária na TV defendendo a reforma governamental. Mentiu aos operários e doou carros e apartamentos em troca da aceitação da retirada de conquistas sociais. Trata-se de uma Central que é braço direito do governo e das multinacionais. Não por acaso é sustentada com o dinheiro da Fiesp e das gran-

des empresas. A CUT se posicionou contrária à reforma de Dornelles. Ameaçou com uma greve geral, procurou o apoio no encontro de janeiro do Fórum Social Mundial, mas limitou sua ação. Não exerceu grande empenho para que houvesse uma greve nacional para valer, que colocasse o movimento operário fábri] à frente da luta.

O que chamou a atenção é que apesar de todo corpo mole da CUT e seus sindicatos, mais de um milhão de trabalhadores protestaram contra a reforma de Dornelles. O que mostra a disposição de resistência dos assalariados diante do fim de conquistas históricas. Houve manifestações em todas as capitais do Brasil.

No dia 21, trabalhadores, camponeses e estudantes foram às ruas

No Sudeste São Paulo

As manifestações iniciaram na madrugada em São Bernardo do Campo. A Volks, Scania, Ford, Kostal, Arteb, Karman Ghia e Metal Leve fizeram paralisações de duas horas e meia. No Vale do Paraíba, houve protestos de 11 fábricas, entre elas a Volks, GM e a Ford e uma passeata pelo centro de São José dos Campos. A polícia reprimiu o piquete dos condutores e prendeu 6 dirigentes sindicais. Ainda pela manhã, os manifestantes bloquearam a rodovia que dá acesso ao aeroporto de Cumbica, dificultando a chegada de passageiros e atrasando os vôos. Em Campinas, as mobilizações ocorreram nas universidades, no centro e na rodovia que vai para o aeroporto de Viracopos. Na cidade de São Paulo, houve manifestações na USP, com bloqueio de rua e passeata até a Av. Paulista; na PUC, as aulas foram paralisadas, realizados debates e aprovado o Manifesto do Comitê, em seguida os estudantes desde manhã já estavam na Av. Paulista. O ato central ocorreu no Masp e contou com



Bloqueio da pista em Guarulhos foi um dos pontos altos do protesto

professores, funcionários da Saúde, bancários, previdenciários, uma coluna de metalúrgicos do ABC e estudantes universitários e secundaristas. Em passeata, os trabalhadores e estudantes denunciaram a ofensiva do governo de cortar os direitos sociais, terminando com a queima dos bonecos representando FHC, Dornelles e Paulinho da Força Sindical.

No Rio de Janeiro, os professores estaduais já estavam em greve. Os bancários conseguiram paralisar 24 agências e os operários de Furnas fizeram um protesto pela manhã. No centro, houve a

manifestação dos trabalhadores.

Em Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES) ocorreram atos nas regiões centrais.

Nordeste

Na capital da Bahia (Salvador), os protestos foram mais contundentes. Os piquetes de greve resultaram em conflitos, alguns ônibus foram depredados e a polícia prendeu manifestantes.

Além dos protestos no centro, houve o bloqueio da rodovia próxima ao pólo petroquímico de Camaçari e a BR-324.

Em João Pessoa (Paraíba), os trabalhadores durante a passeata tentaram fechar as lojas, o que provocou choques com comerciantes e a polícia, com a quebra de vitrines e portas.

No Rio Grande do Norte (Natal), os manifestantes também se confrontaram com os comerciantes que se recusavam fechar as portas.

Em Fortaleza, os trabalhadores e estudantes que se concentraram no centro saíram em passeata, obrigando o fecha-

mento de lojas.

Em outras capitais do Nordeste também ocorreram atos, a exemplo de Teresina e Aracaju.

Nas regiões Centro-oeste e Norte

Nas capitais dessas regiões ocorreram passeatas e protestos de trabalhadores e estudantes contra as medidas governamentais.

No Sul

Em Porto Alegre (RS), os ônibus e trens não circularam para os municípios vizinhos. Os operários da GM realizaram uma paralisação, impedindo a entrada do turno da 6:00 horas. Houve o bloqueio da rodovia RS-30, atingindo os pontos estratégicos de acesso a Canoas, São Leopoldo e Caxias do Sul. Também na capital,

pontos essenciais foram bloqueados e o metrô paralisou.

No Paraná, houve manifestações em Curitiba, Maringá, Foz do Iguaçu e outras cidades. Os petroleiros da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) fizeram uma paralisação de uma hora.

Em Florianópolis (Santa Catarina), mais de 2 mil funcionários e estudantes ocuparam o centro da capital.

Trabalhadores mostram disposição de luta

Essa descrição das principais mobilizações ocorridas no dia 21 de março mostram que há um grande descontentamento contra as reformas de FHC. Os trabalhadores sentiram e sentem na pele os efeitos dessas medidas, que têm trazido desemprego, arrocho salarial e quebra de conquistas sociais. Apesar do pouco empenho da CUT de convocar de fato uma greve geral, as manifestações e protestos ocorridos comprovam que é preciso ir à luta, de forma unificada, contra o governo antinacional e antipopular de FHC. E que a garantia dos direitos trabalhistas e o combate contra a fome dependem da força do movimento. Daí a importância da greve geral.

Uma greve devidamente convocada, organizada sobre a base de assembleias, de comitês e piquetes, que paralise principalmente os setores produtivos, a clas-

se operária. Uma greve que parta das reivindicações vitais como o emprego, o salário, saúde e educação e se dirija contra a totalidade da reforma pró-imperialista de FHC/FMI. Uma greve que expresse a luta antiimperialista, encabeçada pelo proletariado.

São Paulo: O POR convocou ativamente a greve

Os militantes poristas atuaram desde antes do dia 21 com um manifesto que levantava as reivindicações das massas, defendendo a derrubada integral da reforma Dornelles, do plano neoliberal no seu conjunto, luta contra a ALCA e apoio à luta dos sem-terra e nos outros países da América Latina (Argentina, Bolívia etc.). Criticou a direção da CUT, que tem feito acordos de flexibilização de direitos

em seus sindicatos. Esse manifesto foi publicado no Massas 234, e distribuído na USP, PUC, professores estaduais e municipais de S. Paulo, em Guarulhos, nos judiciários e metalúrgicos.

Além desse manifesto central, distribuído nas assembleias, plenárias e atos que antecederam ao dia 21/03, o POR também convocou a greve com panfletos específicos, da Corrente Proletária na Educação, Estudantil e Secundarista, e aprovou a inclusão da convocação em manifesto de professores e estudantes da PUC, nos comitês de ação popular de Guarulhos e Embu Guaçu.

No dia 21, ainda compareceu ao ato central do MASP e na passeata pela Consolação com uma faixa e com sua militância ao redor dos manifestos partidários.

Manifestação dos estudantes de Embu Guaçu sacode a cidade no dia 21/03

Concentração e passeata

Ocorreu uma concentração de cerca de 300 estudantes, que depois saiu em passeata pelas ruas do centro da cidade. O número de participantes aumentou durante a passeata, que também contou com o apoio da população que estava pelas ruas e casas, já que a manifestação se posicionava: abaixo a reforma Dornelles, que é a destruição dos direitos trabalhistas (CLT, consolidação das leis trabalhistas que dentre outros direitos, regulamenta as férias anuais, 13. salário, licença gestante, descanso semanal remunerado, FGTS), contra o apagão municipal (as ruas da cidade se encontram em total escuridão); contra o aumento gigantesco do IPTU (os carnês do imposto deste ano chegaram com aumento que variam de 60% a 1000%, em relação ao ano passado); contra a falta de transporte público (já que os ônibus são extremamente demorados e superlotados, com preços de passagem caríssimos, chegando ao assalto de R\$2,50); contra a perseguição aos perueiros que são perseguidos diariamente pela EMTU e PM, a mando das empresas de ônibus

Independência e Soamin.

Esta manifestação, paralisação e passeata, foi decidida em assembleia dos estudantes de uma escola do município.

Apesar da perseguição por parte das autoridades (diretores das escolas percorridas), os estudantes não se deixaram intimidar, e corajosamente resistiram à perseguição, obtendo assim êxito em sua manifestação.

- Assembleia geral da população da cidade convocada amplamente para que a mesma decida contra a questão da municipalização !!!
- **Ensino público, gratuito, laico** (uma escola científica separada totalmente da religião) para todos em todos os níveis !!!
- **Foro SENAC da escola Alexandre !!!** Que o governo construa escolas técnicas públicas e gratuitas para atenderem a demanda pelo ensino técnico, sustentadas pelo Estado !!!

Não à municipalização do ensino, que o Estado sustente toda a educação em todos os níveis !!!

Será que a direção da CUT luta seriamente pela derrota do Plano Dornelles?

Dizemos que não. Prova: o sindicato metalúrgico do ABC, que é a coluna vertebral do sindicalismo cutista, assinou um acordo do tipo Dornelles; colaborou para reduzir em 15% os salários, demitir 700, aumentar a terceirização e introduzir a diferenciação salarial, o que incentivará novas demissões.

Os burocratas Marinho/Feijó sabem que para a Volks e o Sindicato legalizarem esse ataque aos operários terão de contar com a reforma do FMI/FHC/Dornelles, pois o acordo contraria os direitos trabalhistas inscritos na CLT. Tão velhacos que são, tinham e têm a certeza de que a informalidade do acordo contra os assalariados logo será resolvida pelo Congresso da burguesia.

Ocorre que a burocracia cutista se apóia na política das negociações e acordos sem luta. A multinacional sabe disso. Apresenta a demissão de 3000 e redução de 20% nos salários; ameaça transferir a fábrica, suspender investimentos etc. Os burocratas então "convencem" os trabalhadores a autorizarem o sindicato a negociar sua desgraça. Resultado: a Volks tira da

manga uma outra versão, baixa a redução salarial para 15%, as demissões para 700 e deixa o caminho aberto para novo esmagamento salarial e demissões.

Está aí a total capitulação dos mais elevados dirigentes do sindicalismo brasileiro. Assim a "flexibilização do trabalho" ditada pelo imperialismo, pelas multinacionais, e implementada pelo governo é colocada em prática, bastando em seguida regulamentá-la pela reforma Dornelles.

Os porta-vozes do governo aproveitaram para dizer que a aprovação do projeto do Ministro do Trabalho não fazia senão tornar lei o que já era fato. Elogios e mais elogios foram derramados a Marinho, por estar sintonizado com a modernidade, com as necessidades do país, por salvar empregos e ajudar a Volks a enfrentar dificuldades de mercado. Na realidade, o capital faz o que sempre fez - aumentar a taxa de exploração. As "necessidades do país" é a das multinacionais, que sugam os trabalhadores brasileiros e remetem vultuosas remessas de lucro para as metrópoles.

Quando dizemos que a política da burocracia reformista da CUT é expressão da política burguesa, estamos denunciando o colaboracionismo, o derrotismo, os acordos sem luta. O consentimento de toda burguesia aos acordos da Volks, Scania etc já tidos como modelos bem sucedidos de "flexibilização" e "modernização das relações trabalhistas", corresponde ao conteúdo burguês da política sindical da burocracia.

A Paulinho da Força Sindical, empenhado no projeto Dornelles, deve ter sentido ciúmes da maestria de seu desafeto Marinho.

Está aí por que afirmamos que a CUT não luta seriamente para derrotar a reforma Dornelles. O combate à destruição dos direitos trabalhistas começa nas fábricas e se projeta nas ruas com a greve geral, manifestações, bloqueios, assembléias unificadas de empregados e desempregados. Somente a força coletiva das massas, de posse do método de ação direta do proletariado, pode derrubar a determinação de ferro dos capitalistas em escavar até os ossos dos trabalhadores.

Força Sindical assina acordo de quebra de direitos da CLT com Sindipeças

No mesmo dia da manifestação contra a destruição dos direitos trabalhistas, a Força Sindical e o Sindipeças (sindicato das empresas de autopeças) assinaram o primeiro acordo que altera cinco itens da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Cerca de 145 mil metalúrgicos do Estado de São Paulo passarão, pelo acordo, a ter modificações importantes no pagamento de férias, participação nos lucros, licença-paternidade, horário de refeição e 13º salário.

O acordo ainda não tem validade legal. Mas, mesmo sem o Senado ter votado as mudanças na lei, a central e o Sindipeças vão enviar cópias para o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, para a Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo e para o Ministério Público do Trabalho. Os pelegos, juntamente com os empresários, pretendem pôr em prática o acordo em algumas empresas do Estado.

A redução do horário de refeição para apenas 30 minutos é um dos itens

reivindicados pela patronal, que assim ganha maia hora a mais de exploração sobre o trabalho operário.

O acordo só terá validade se for aprovada a reforma Dornelles. Antes disso, será submetido às assembléias de trabalhadores.

É preciso rechaçar os acordos de destruição dos direitos trabalhistas e aprovar nas assembléias a luta contra os patrões pelas reivindicações de salário e emprego.

Manifesto dos trabalhadores e estudantes da PUC

Este manifesto foi assinado por: APROPUC, AFAPUC, CAs de Comunicação, Serviço Social, Educação, Psicologia, Ciências Sociais, RI, Direito, Leão XIII, Núcleo de Relações de Trabalho do Serviço Social, Núcleo de Estudo e Aprofundamento Marxista do Pós em Serviço Social, NTC.

21 de março - greve nacional contra o desemprego, o esmagamento salarial e a destruição de direitos trabalhistas

Aderimos ao chamado da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a realizar um dia de paralisação e protestos contra a reforma trabalhista de FHC/Dornelles que permite ao patronato desfigurar direitos trabalhistas.

A história de defesa da vida dos assalariados brasileiros está marcada por duras lutas pela proteção da força de trabalho, submetida a intensa exploração. Conquistas como salário mínimo, jornada de trabalho, férias, 13, licença maternidade, indenização por acidentes de trabalho, aviso prévio à demissão, contrato de trabalho por tempo indeterminado etc. são elementares para a sobrevivência dos milhões assalariados cujo único bem é a sua força de trabalho. No passado, a ditadura militar eliminou parte deles, a exemplo da estabilidade no emprego, substituindo pelo FGTS. Agora, com a reforma de Dornelles, até mesmo o FGTS poderá ser liquidado.

Como se pode ver, as alterações pretendidas pelo governo provocam um retrocesso jamais visto nas condições básicas de proteção ao trabalhador.

Mas o problema não se resume a esse ataque. O capitalismo há muito vive em crise. As forças produtivas (força de trabalho e tecnologia) alcançaram um elevadíssimo grau de desenvolvimento e se encontram comprimidas pela estrutura monopolista das relações de produção. A superprodução é uma de suas manifestações. Fenômeno esse que leva à destruição de milhões de postos de trabalho, provoca a guerra comercial em que as potências sacrificam ainda mais a economia da maioria dos países atrasados e exigem aplicação de medidas contrárias ao desenvolvimento econômico e social. É o que fez o Consenso de Was-

hington (1989), ao qual seguiu a risca a coalizão governamental PSDB, PFL e PMDB.

Não é por acaso que a dita reforma trabalhista corresponde a uma parte do plano neoliberal de FHC. Em nome da estabilização, houve a privatização, abertura de mercado, desnacionalização em grande escala, cortes de verbas dos serviços públicos, quebra da aposentadoria por tempo de serviço, congelamento de salário, manutenção do salário mínimo de fome, reformas privatistas na educação e saúde, demissão de funcionários públicos, aumento de tarifas e impostos. Enfim, esse conjunto atingiu violentamente a economia e, sobretudo, a vida dos trabalhadores que já arcavam com a pobreza.

Certamente, a política econômica contrária ao crescimento das forças produtivas e de proteção ao capital monopolista, ao capital financeiro, não fez senão agravar a crise do país. Sabemos que o Brasil sempre esteve nas mãos dos credores externos. Entretanto, a aplicação das imposições imperialistas do Consenso de Washington reduziu a quase nada a soberania do Brasil.

A estratégia de maior domínio das potências sobre os países semicoloniais, que caracterizam toda a América Latina, não pára por aí. Os Estados Unidos, com seu maior poderio econômico, financeiro e militar, exigem que os países latino-americanos se submetam à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A tentativa do Brasil e Argentina de criarem o Mercosul fracassou sobre o domínio do dólar. Tanto o Plano Real quanto o Plano de Conversibilidade de Cavallo estiveram à mercê do capital financeiro internacional, que os usou enquanto não explodiu a crise do endividamento. A Argentina está espatifada e o Brasil segue a mesma rota. Ficou evidente que não é possível uma unidade comercial entre os países lati-

no-americanos estando sob as regras do imperialismo.

Fracassado o Mercosul, a Alca é apresentada como a condição salvadora para os países latino-americanos terem maior participação no mercado mundial e usufruírem das vantagens tecnológicas mantidas pelos Estados Unidos. Foi com esses mesmos argumentos que se aplicou o Consenso de Washington. E o resultado foi justamente o oposto do propagandeado.

É preciso que os trabalhadores e estudantes compreendam o vínculo entre o desemprego, os baixos salários, a eliminação de direitos trabalhistas e a destruição da educação com a crise estrutural do capitalismo e a política econômica ditada pelas potências. A manifestação do dia 21 deve ser de luta contra essa situação. Nada tem a ver com o eleitoralismo. E deve igualmente questionar os sindicatos da CUT que têm aplicado a "flexibilização" do trabalho favorecendo a reforma Dornelles e rechaçar o colaboracionismo pró-governamental da Força Sindical, que apóia a destruição dos direitos trabalhistas.

O dia 21 deve ser ponto de partida para um movimento mais amplo, organizado nas assembleias sindicais, de bairro e de escolas, constituído em comitês de defesa da vida dos trabalhadores e contra a ofensiva econômica e militar do imperialismo sobre a América Latina. A unidade dos trabalhadores sob um programa de luta é a condição para barrar a barbárie das reformas antinacionais e antipopulares e para chegar a transformações que coloquem a economia a serviço dos que trabalham.

Todos unidos no dia 21 de março pela:

- Defesa do emprego e dos salários;
- Não a destruição dos direitos trabalhistas;
- Contra a Alca;
- Pela luta antiimperialista.

Fortaleza

A disputa eleitoral entre as frações da oligarquia

Mal começaram as disputas eleitorais das frações burguesas para ver quem e com que intensidade se dará a continuidade às reformas neoliberais, os partidos de oposição (PT e PCdoB) correm atrás deste ou daquele setor burguês descontente, pintando-o de progressista, anti-neoliberal etc. É o que se passa no Ceará.

O ex-aliado de Tasso Jereissati, Wellington Landin se apresenta como adversário do PSDB nas eleições governamentais de 2002. As frações da burguesia cearense se dividem em torno da candidatura de Lúcio Alcântara (PSDB - candidato do governo) e Wellington Landin (ex-tucano - opção da esquerda).

Bastou Wellington Landin (Presidente da Assembléia Legislativa, desde 1999) romper com o governo Tasso, por motivos puramente eleitoreiros (pretendia ser o candidato do PSDB ao governo do Estado), e ir para o PSB, para ser nomeado pelos partidos reformistas e estalinistas como progressista. Mais ainda. Conclamam a formação de uma frente eleitoral dos partidos de oposição tendo Landin à cabeça.

PCdoB foi o primeiro a defender Landin

O PCdoB foi o primeiro partido a apoiar e defender a idéia de uma aliança eleitoral do PDT ao PSB, tendo Wellington Landin à cabeça. Para isso, precisa apagar da cabeça dos trabalhadores quem foi Landin. Ou seja, não pode dizer a verdade que Landin foi o homem a serviço de Tasso na Assembléia Legislativa, cumpridor de todas as medidas anti-operária e anti-populares do governo e que se trata de um politiqueiro que rompeu unicamente em função da disputa eleitoreira.

A política do PCdoB é de apoio a uma ala da burguesa, aquela rotulada como progressista. Foi assim que defenderam o voto em Quércia, Covas em São Paulo, e Collor de Melo em Alagoas, e outros tantos burgueses.

Para o PT, Landin é um político competente

Apesar de nacionalmente o PT e PSB lançarem candidatos diferentes, os parlamentares do PT no Ceará querem a tal da unidade da esquerda. O deputado estadual do PT, José Guimarães disse: "construir a unidade da esquerda no Ceará, ainda que em palanques separados nacionalmente".

Da mesma forma que os estalinistas do PCdoB, os reformistas do PT mascaram o inimigo dos trabalhadores com slogans de progressista, neo-esquerda e outros adjetivos. Foi o que disse o deputado Artur Bruno (PT): "ele (Wellington Landin) é uma das mais relevantes lideranças do nosso Estado (...) está qualificado para exercer qualquer função dentro do executivo ou do legislativo cearense".

Veja a que ponto chega o PT eleitoreiro. Nomeia o burguês Landin para dominar os oprimidos.

A situação do Ceará deixada por Tasso e seu opositorista de última hora (Landin)

O Ceará é marcado por 16 anos de dominação do projeto "Governo das mudanças", que teve início em 1986, com a eleição de Tasso Jereissati para governador do Estado. Sob a bandeira mágica de "retirar" o Ceará do atraso e inseri-lo na modernidade e na "globalização", Tasso implementou a desnacionalização através da privatização de

setores estratégicos da economia (energia e telecomunicação). Isentou de impostos empresas calçadistas, têxteis e eletrodomésticos, como forma de atraí-las.

As conseqüências para as massas trabalhadoras foram violentas. Os salários estão no fundo do poço, a saúde e educação estão sucateadas e houve a proliferação de favelas. Só em Fortaleza, são 750 favelas, entre as quais 79 estão em áreas de risco, onde 800 mil pessoas vivem em condições miseráveis.

Lúcio Alcântara e Landin fazem parte da mesma política

Para os trabalhadores, Lúcio ou Landin são farinhas do mesmo saco. Darão continuidade à política antinacional e antipopular de Tasso.

É nosso dever denunciar a conduta do reformismo e estalinismo de querer submeter a classe operária e demais explorados à política da burguesia. E chamar os trabalhadores a romperem com tais partidos (PT e PCdoB), colocando-se pela construção do partido revolucionário.

Defender a organização independente dos trabalhadores

Combatemos os eleitoreiros e as alianças partidárias no campo da política burguesa, que procuram passar por "esquerda". Os trabalhadores estão obrigados a combater diariamente os exploradores. É nessa necessidade e tendência dos explorados que o POR se apóia e organiza as lutas. A tarefa colocada é de organizar as lutas e defender o método da ação direta.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.
Discuta nosso programa.**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Disputa interburguesa

Roseana Sarney: “O Brasil que a gente quer”

A candidata do PFL à Presidência da República comparece na musiquinha publicitária como a mulher que faz. Tudo estava embalado para Roseana Sarney ser a estrela do segundo turno. Mas eis que o processo que se arrastava sigilosamente implicando-a no roubo da Sudan estourou como rojão em festa de São João. A imagem certinha da benfeitora do Maranhão se transmudou-se em visgo fétido.

O jogo das provas típico da Justiça que faz-de-conta que pune os ladrões burgueses se esboroou diante da fantástica soma de R\$1,34 milhão, empacotada no cofre da Lunus. De onde viriam tantas cédulas de R\$50,00? Foram tantas as justificativas que por si só já eram suficientes para pôr na cadeia os surrupiadores.

Os bons amigos do Plano neoliberal, PSDB e PFL, que trouxeram mais miséria para a população, rompem como Caim e Abel. A disputa pelo poder, com a subida da estrela do Maranhão e a entrevada candidatura do alquimista da saúde José Serra, desatou forças subterâneas do Estado, que num passe de mágica colocou à luz do dia os reais feitos

da oligarquia Sarney. Quando se quer e se precisa, as quadrilhas que saqueiam o dinheiro público são expostas. É verdade que segundo os ditados da política burguesa e não os da tão cantada moralidade, ética etc.

Todos são coniventes e todos têm um dossiê contra todos. O que decide é a maior força de aparato e razão de Estado. Será exposta a quadrilha que ameaçar desbancar a outra e que tenha violado o funcionamento quadrilheiro do Estado. A possibilidade de Roseana Sarney vir a dirigir o Brasil, com um currículo de porão, abriria a possibilidade de um novo Collor. A tragédia se repetiria como comédia. Assim, é mais salutar para o domínio burguês antecipar a comédia, ainda que para a política burguesa seja uma tragédia. Bastou o imperialismo sinalizar seu apoio a Serra e logo se articulou a queda de uma e ascensão do outro nas pesquisas.

As ramificações criminosas dos sangue-sugas das extintas Sudan e Sudene nunca serão expostas na sua totalidade. Envolvem praticamente todos os partidos burgueses. Jader Barbalho (PMDB) não conseguiu permanecer sob penum-

bra. Agora, o governador Dante de Oliveira (PSDB) tem seu dorso enfocado. Mas acabarão sendo poupados.

A extinção da Sudene e Sudan foi uma tentativa de encobrir toda sujeira. Porém, os conflitos internos entre as forças políticas do capital fizeram emergir o excremento. A corrupção e o jogo político dos partidos dominantes estão entrelaçados. Quanto mais o capitalismo apodrece segundo suas leis econômicas e sociais, mais se funde e mais expõe a interdependência da política burguesa com a corrupção. Os escândalos quase diários indicam o estado de decadência da classe dominante. Seus mais altos representantes se revelam escroques.

Os trabalhadores não deverão se perder na jogatina eleitoral que permeia o lamaçal da corrupção. Deverão empunhar as reivindicações de defesa do emprego, dos salários, dos direitos trabalhistas que estão sendo liquidados, da escola pública e gratuita, da terra aos camponeses e da independência do país frente à opressão imperialista. É por esse caminho que colocaremos abaixo a burguesia entreguista e decrépita.

Governo ianque impõe sobretaxa ao aço e prejudica Brasil

No último dia 5 de março, o governo Bush decidiu elevar a taxa sobre o aço importado pelos Estados Unidos para de 8% a 30%. Impôs também novas cotas de importação, com mais sobretaxas a excedentes. Essas medidas indicam um recrudescimento do protecionismo ianque, e indicam as reais tendências recessivas em marcha. Ao sobretaxar o aço importado, o governo Bush protege seus produtores internos de uma grande queda no preço do aço, devido à superprodução da matéria-prima, que não encontrará mercado e poderia causar quebras no setor. Mais ainda, como é uma das variáveis importante no mercado de ações (commodities), poderia causar uma reação de quebras em cadeia na economia do país.

As medidas afetam os produtores de

aço de vários países, exportadores aos EUA, principalmente os europeus e asiáticos. São parte da guerra comercial que travam as potências diante das tendências recessivas da economia mundial. Os Estados Unidos têm jogado principalmente com a elevação de seu protecionismo e a pressão pela quebra da proteção dos outros países, destacando-se a pretendida redução dos subsídios agrícolas da França e a implantação da ALCA na América Latina.

O Brasil será afetado por ter impedida a elevação das suas exportações para os EUA e pela entrada em seu mercado de aço que teria ido para o mercado ianque. As siderúrgicas brasileiras, que estão privatizadas sob controle de capital misto (estrangeiro e nacional), reivindicam do governo FHC a elevação das ta-

xas de importação dos atuais 12% para 30%, de forma a equiparar a sobretaxação dos EUA. Nem mesmo essa medida interna o governo FHC é capaz de tomar. Alega que qualquer medida contra a sobretaxação do aço poderia causar sérios danos às outras relações comerciais do Brasil com os EUA. O recurso à Organização Mundial do Comércio (OMC) também é descartada, pois sabe-se que é um organismo controlado pelo imperialismo e a seu serviço, jamais penalizaria os EUA em benefício brasileiro. A China recorreu a ela e estima-se que a decisão a respeito seja tomada em pelo menos dois anos, quando já será inócua.

O caso da sobretaxação de aço pelos EUA mostra a submissão da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano. Evidencia que o país capi-

talista atrasado, semicolonial, é incapaz de enfrentar a opressão nacional sob a direção da burguesia, que se coloca a mercê de quebras de um setor estratégico como o aço em benefício da preservação do conjunto das relações comerciais, nas quais ocupa o papel de sócio-menor do imperialismo.

Evidencia também a impossibilidade da alternativa reformista de desenvolvimento nacional pelo estímulo à economia interna, pois na era imperialista não há país que possa ter desenvolvimento capitalista à margem da economia mundial. Quando os EUA sobretaxam seu aço, as outras potências vão procurar

mercado para desaguar sua produção, e o destinarão a países como o Brasil. Com preço competitivo, imporão retrocessos à produção nacional. Isso recairá sobre as massas através de desemprego e superexploração do trabalho. A Revolução Russa de 1917 nos ensinou que não é possível enfrentar os efeitos da guerra comercial interimperialista sem que o Estado tenha absoluto controle do comércio exterior, e isso somente pode ser realizado pela revolução proletária.

O monopólio do Estado Operário sobre o comércio exterior permite, enquanto se trabalha pela revolução socialista mundial, estabelecer relações comerciais

que não sejam de submissão, baseadas na interdependência econômica estabelecida pelo caráter mundial do capitalismo na sua etapa imperialista.

A desintegração do capitalismo em marcha imporá, sob a condução da classe dominante decadente, a destruição de grande parte das forças produtivas. A ruptura com o imperialismo é a única possibilidade de preservação, mas depende de a classe operária encabeçar um movimento revolucionário antiimperialista que a realize. Está aí a importância da classe operária no Brasil tomar em suas mãos a luta antiimperialista e anticapitalista.

Ceará Mirim

Prefeita e Secretária enganaram os pais para fechar a escola

Em janeiro de 2002, convoca uma reunião, na presença dos professores, em que comunicou que a escola de Manguari não seria fechada. Nessa reunião, os pais assinaram uma lista de presença. Essa lista é hoje usada pela secretária como se os pais tivessem concordado com o fechamento da escola.

O ano letivo iniciou no dia 18 de fevereiro e a escola estava funcionando normalmente. A ordem de fechamento chegou no dia 28 de fevereiro.

Junto com ela havia a proibição de entrada de qualquer pessoa. Nem o diretor da escola sabia explicar os motivos do fechamento e da proibição.

Os pais, alunos e professores da escola Ezequiel de Souza se juntaram na defesa da abertura dessa escola no interior. Enquanto isso, as aulas não paralisaram. Do lado de fora, debaixo de barracas, a escola continuou funcionando.

Mentira tem perna curta

A prefeita, Ednólia Melo (PSDB), criou duas mentiras para justificar o fechamento da escola (rural). A primeira, refere-se ao número de alunos, que segundo ela é insuficiente para manter a escola funcionando. Isso é fa-



cilmente contestado pelos moradores e professores, pois em 1999 funcionou uma turma com apenas dois alunos. A segunda, que se trata de contenção de gastos. Como se a prefeitura estivesse gastando rios de dinheiro para manter a escola em Manguari. Mas esta mentira teve perna curta. Logo foi descoberto que a prefeita está colocando uma Kombi para transportar os alunos. A tal kombi irá de Ceará Mirim até Manguari todos os dias sem nenhum aluno e só em Manguari pegará os estudantes para levar até Terra da Santa. Mais ainda. A kombi ganha por km rodado. Isso que é desperdício de dinheiro público.

Por detrás dessa mentira toda está a política do PSDB de fechar escolas. Não irá parar em Manguari. Essa é apenas o

começo. Está fazendo também a perseguição aos lutadores que defendem escola pública e são contra a reforma da educação do PSDB, que tem como essência o fechamento de escolas, salas/turmas, cortes de verbas para a educação, arrocho salarial e demissão de professores e funcionários.

Ednólia Melo espalha o terror e ameaça a comunidade

A comunidade de Manguari não ficou calada. A prefeita usou o poder para reprimir os moradores e quebrar a luta. Cortou a água, retirou a merenda escolar e ameaçou os pais com o fim da bolsa-escola se não aceitassem as decisões da prefeitura. Aos professores e merendeira, ameaçou com demissões e de não receberem os salários.

A política do PSDB, para ser implantada, necessita da repressão à comunidade escolar, das ameaças de retirar a já miserável bolsa-escola, de aterrorizar os trabalhadores com o corte dos salários e demissões.

Manguari tem uma história de luta

Não é de hoje que a comunidade de

Manguari se levanta em defesa da escola. Foi através da mobilização que conseguiu a reforma da escola em 1998, antes funcionava sem energia elétrica e sem água. Em 2001, a secretária Margarida Lima fez uma tentativa para fechar a escola, mas não teve êxito. Agora, prefeita e secretaria usam da repressão para manter a ordem de fechamento da unidade escolar.

A primeira atitude dos moradores, depois do fechamento, foi de reabrir a escola e manter as aulas com os alunos e professores. Porém, no dia 8 de março, Margarida Lima, seguindo as ordens da prefeita, arrombou a escola e colocou novos cadeados para impedir a entrada de alunos. Mesmo assim, a comunidade não se intimidou e partiu para a prefeitura. A sra. Ednólia manteve o fechamento da escola. A partir do dia 12, as barracas foram montadas em frente à escola e os alunos passaram a assistir as

aulas.

Enquanto isso, foram colhidos abaixo-assinados, notas foram enviadas à imprensa e a outros sindicatos. O que provocou reação por parte da população, que iniciou um movimento para manter a merenda dos alunos.

Os alunos, pais e professores retornaram à prefeitura e acamparam, exigindo que a prefeita recebesse e atendesse a reivindicação de Manguari. Diante das pressões, a prefeita recebeu os representantes. Foram entregues mais de 1500 assinaturas em defesa da escola e fim das ameaças e perseguições. A prefeitura, encurralada, disse que daria uma resposta no dia 25, segunda-feira.

Prefeita e Secretária perseguem politicamente os coordenadores do SINTE

A prefeita quer colocar na rua os co-

ordenadores do SINTE de Ceará Mirim. Estes trabalham na escola Ezequiel de Souza, que foi fechada à força pelos mandantes da prefeita. Trata-se de uma política já antiga de perseguição aos lutadores que dirigem a regional do sindicato de educação. Tais lutadores têm se destacado na luta contra a reforma privatista da educação, têm denunciado as falcaturas com o dinheiro do Fundef, impulsionado os movimentos grevistas contra a ação dos governos de demissão, fechamento de escola, sucateamento dos serviços públicos, de manutenção da miséria salarial e defendido a unidade dos explorados em defesa do emprego, salário, da terra aos camponeses pobres, educação e saúde públicas etc.

É nosso dever nos colocarmos na defesa dos companheiros e na luta contra as medidas repressivas da prefeita de Ceará-Mirim.

Professores-SP

O que o POR defendeu na assembleia do dia 21

- O reajuste dos salários;
- O emprego a todos;
- A defesa de todos os direitos trabalhistas
- A luta pela escola pública, gratuita, laica, científica e voltada a produção social

Eis os principais pontos de nossa defesa:

Contra a superexploração do trabalho - reajuste imediato dos salários

Há 7 anos, o governo não concede um centavo de reajuste salarial. A política de bônus e gratificação é parte das medidas neoliberais (cortes de recursos à educação). O piso de R\$488,00 e o valor da hora-aula de R\$4,07 dizem por si só. Os professores que se aposentam, que estão de licença médica, os readaptados e adidos só recebem o piso. Portanto, para o governo, é vantagem continuar com bônus e gratificações. Nossa assembleia deve se colocar efetivamente contra. E exigir o reajuste salarial, para incidir sobre o piso, hora-aula, quinquênios, sexta-parte, aposentadoria etc. O reajuste salarial atinge todos os professores.

Qual é o piso que devemos reivindicar?

A diretoria da Apeoesp novamente está propondo os cinco salários mínimos. Consideramos isso muito pouco, porque sequer dá para pagar aluguel e comprar os produtos de primeira necessidade. Com esse piso, obriga os professores a ter mais de um emprego. Na verdade, mantém reforça a superexploração do trabalho.

Outras correntes têm defendido o piso do Dieese, de R\$1116,66. Nas condições atuais, não podemos sobreviver com esse salário.

Por isso, estamos propondo que nenhum trabalhador ganhe menos do que R\$2000,00. Nenhum professor trabalhe mais do que 20 horas, para que haja emprego a todos. E que um único emprego seja suficiente para manter as condições de vida de nossas famílias.

Porém, não basta aprovar o piso e o índice de reajuste. É necessário decidir sobre o caminho de nossa luta para conquistá-los. A diretoria continuará com as "negociações" intermináveis com o governo/Secretaria da Educação. Foi assim durante todo ano de 2001. Não

conseguimos arrancar nada do governo. A experiência já mostrou que para conseguir alguma coisa é necessário a mobilização grevista e a coesão da classe.

Emprego a todos e defesa dos direitos trabalhistas

As demissões e a eliminação de direitos trabalhistas são peças da reforma de FHC/Dornelles. Essa reforma se assentou na liquidação da Previdência, na privatização das estatais, na abertura do mercado brasileiro para a invasão de mercadorias estrangeiras, na destruição da saúde e da escola pública. As consequências têm sido o aumento da concentração de riqueza nas mãos de poucos e o crescimento da miséria para a maioria da população. O governo de São Paulo já espera a aprovação da reforma trabalhista para liquidar com os minguados direitos do funcionalismo.

Devemos nos colocar pela derrubada integral da reforma de FHC/FMI, para garantir os empregos, os direitos trabalhistas e a escola pública e gratuita em todos os níveis para a totalidade da população. Uma escola laica e científica sem nenhum interferência do Estado e da Igreja. Uma escola onde a teoria e a

prática se realizam na produção social.

Unidade grevista para enfrentar a violência do governo

Não há outra saída senão organizar a classe para combater os ataques do governo. Isso implica na formação de comitês nos bairros (envolvendo pais e demais trabalhadores), na construção e fortalecimento dos grêmios estudantis, na eleição das comissões de professores e funcionários por escola e na convocação de uma assembleia regional e estaduais.

A defesa do salário, emprego e conquistas sociais implica na organização de uma sólida greve. Nenhum outro recurso (abaixo-assinado, pressão aos deputados, negociações de cúpula etc) tem força para barrar as medidas governamentais. Não podemos cair no conto do vigário de ficar esperando para depois chorar o leite derramado. A luta é agora.

Resultados da assembleia:

- A assembleia contou com pequena participação de professores. Por isso, havia acordo de que era necessário a convocação de uma nova assembleia. Esta ficou para o dia 19/4.
- As divergências giraram em torno de dois pontos: a) na questão do piso; b) e nas formas de mobilização até o dia 19. Sobre o piso, havia duas propostas: a da diretoria e a do POR. A diretoria não se posicionou abertamente pelos 5 salários mínimo. Contrapôs à proposta do POR, de R\$2000,00, com a do Dieese. A assembleia votou com no piso do Dieese. Sobre o calendário de mobilização, o PSTU e Artnova (cisão da Articulação na Apeoesp) procuraram se diferenciar da proposta da diretoria. Mas na essência era a mesma. Porém, a assembleia votou na do PSTU, tomando como de oposição. A diferença estava na chamada caravana de

“personalidades”, onde a diretoria nomeava Lula, Genoino e outros petistas para a tal caravana de pressão ao governo. Houve polêmica em relação ao eleitoralismo e, na votação, a diretoria fez aprovar sua proposta, depois de dizer que foi “força de expressão” usar o nome de Lula e outros.

- A presidente da Apeoesp compareceu extremamente isolada. Nem mesmo seus aliados de direção quiseram se expor. Preferiram ficar calados e deixar que os professores radicalizados a vaiassem o tempo todo.
-
- Por uma assembleia massiva para aprovar a luta grevista contra o governo. A luta por emprego, salário, direitos trabalhistas e pela escola pública depende da coesão da classe, da unidade com os pais e alunos, da derrota da política da burocracia da Apeoesp e de uma assembleia, que seja a expressão da disposição de enfrentamento ao governo.

Os Estudantes devem lutar ao lado da classe operária

A reforma de FHC/Dornelles ataca fundo as condições básicas de sobrevivência da classe operária e demais assalariados. E por quê? Porque permite aos capitalistas acabarem com direitos trabalhistas duramente conquistados pelos trabalhadores. Exemplos: o 13 salário poderá ser parcelado e até mesmo não pago; a licença maternidade corre o risco de ser extinta; redução de férias, horário de alimentação e descanso semanal. Enfim, mais de 50 direitos poderão ser alterados para que os burgueses explorem mais e lucrem mais.

Todo mundo fala que é uma escândalo o Brasil ter tantas condições econômicas e um povo tão oprimido pela miséria. Entretanto, o governo e os capitalistas impõem mais violência trabalhista sobre a maioria que produz. Os estudantes conscientemente devem ser colocar do lado da classe operária na sua luta contra a exploração.

Levantamos a bandeira: Abaixo a reforma trabalhista de FHC/Dornelles! Defesa de todos os direitos sociais! Reajuste imediato dos salários! Emprego a todos! Readmissão dos demitidos! Re-

dução da jornada de trabalho sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho)! Nenhum jovem sem emprego!

Contra a destruição da educação, organizar o movimento estudantil com uma política revolucionária

O governo FHC vem também pisoteando a educação. Fechou escolas, as salas de aula estão superlotadas, reduziu as vagas para o ensino médio, entregou a educação fundamental para os prefeitos (municipalização), arrochou mais os salários dos professores, aumentou a exploração do trabalho, ampliou as telessalas, criou os ciclos para diminuir os gastos, introduziu o ensino religioso e favoreceu a privatização. Tudo isso para ajustar a educação aos cortes de verbas e impor maior controle totalitário do Estado sobre as escolas.

É claro que se o nosso ensino já era péssimo. Com tais medidas, a situação se tornou intolerável. A “escola de cara nova” do governo é de arrepiar os miolos.

Para defender o ensino, é preciso organizar o movimento estudantil com uma política de combate e não de corpo-mole da direção da UNE, UBES e UMES. A bandeira da paz é própria de quem não quer lutar. Dizemos o contrário: combate sem trégua aos exploradores. O pacifismo amortece e anula a revolta dos oprimidos.

Está colocado a campanha por um programa de defesa da escola pública, gratuita, laica e vinculada à produção social. Eis alguns pontos:

- Fim da escola particular e criação de um sistema único, público e gratuito. Estatização de todo o sistema educacional, expropriando os empresários da educação e pondo fim à mercantilização do ensino;
- Controle das escolas pelos trabalhadores da educação e estudantes. Fim do controle burocrático pelo Estado, Secretária da Educação, Delegacias de Ensino e politiqueros. Constituição de verdadeiros conselhos de base, com poder de decisão, ligados entre si, e que dirijam de fato a educação. Essa é autonomia de que precisamos.

- Fim de toda a reforma neoliberal da educação. Nada de remendar no Parlamento a reforma privatista de FHC. Que os estudantes e trabalhadores organizados discutam quais são as mudanças que o ensino necessita para atender as necessidades da maioria oprimida. Em defesa de uma escola científica e ligada ao trabalho (vinculada à produção social).
- Constituição de uma rede de grêmios independentes, sem nenhum interferência externa ao movimento estudantil. Fim da legislação que atrela os

grêmios aos diretores de escola. Liberdade total de reunião, expressão e manifestação nas unidades escolares.

Os estudantes têm de assumir a luta antiimperialista

As reformas de FHC são ditadas pelos Estados Unidos, FMI, Banco Mundial e outros agentes do imperialismo. O objetivo principal é o de gastar menos com os serviços sociais (saúde, educação etc), intensificar a exploração do trabalho, aumentar impostos, favorecer as multinacionais e banqueiros. Trata-se da

submissão do Brasil ao imperialismo por intermédio do governo e da burguesia brasileira. A Alca que vem aí é mais uma medida em favor dos monopólios, contra a economia dos países atrasados e, sobretudo, de esmagamento da vida da população.

Nós estudantes respondemos: Fora o imperialismo! Abaixo o governo e a burguesia brasileira entreguista! Luta antiimperialista para conquistas a independência nacional e colocar a economia sob o controle da classe operária e demais trabalhadores! Fora com a Alca!

O que é o POR

Parte II

O programa do Partido Operário Revolucionário parte da caracterização de que vivemos a fase do imperialismo, etapa em que as contradições desse sistema de produção se agudizam e resultam em crises permanentes. O imperialismo se define como o capitalismo monopolista, que surgiu da livre concorrência, fase última do capitalismo e de transição para uma nova ordem econômica e social superior, o comunismo. Sua essência se resume em: 1) a concentração da produção nas mãos de grupos capitalistas; 2) o controle, cada vez maior, das fontes de matérias-primas; 3) o monopólio do capital financeiro (fusão do capital industrial com o bancário). Uma oligarquia financeira domina as relações econômicas e políticas e a exportação de capitais pelas potências; 4) o domínio de países (política colonial) motivado pela necessidade de controle de fontes de matérias-primas, pela conquista de mercado e pela exportação de capitais. Divisão do mundo entre as potências e rivalidade entre elas. Uma de suas consequências é o crescimento da opressão sobre a maioria das nações capitalistas atrasadas (países semicolônias).

O processo de centralização e concentração monopolistas da produção reduziu o mundo a uma ultraminoria de nações extremamente ricas e poderosas e em um número crescente de nações atrasadas e submetidas. Por outro lado, o capital para se expandir

necessita do apoio do Estado metropolitano e, por isso, é parte constitutiva de sua política e da economia. As diretrizes dos Estados imperialistas são exigências do capital monopolista, que precisa exportar para obter maiores lucros.

O imperialismo, dessa forma, é caracterizado como capitalismo parasitário ou em decomposição. Seria impróprio dizer que essa tendência à decomposição impede o crescimento do capitalismo em determinados ramos da indústria e da tecnologia. O desenvolvimento do capitalismo se processou e se processa de forma desigual, mantendo a maioria dos países à condição de semicolônia.

Esse regime econômico, na atual etapa, sobrevive através de métodos violentos. Suas leis econômicas de exploração e apropriação de riquezas produzem o flagelo da fome e miséria para uma vasta massa de assalariados cada vez mais empobrecida e mutilada pelo desemprego. A produção e acumulação de riquezas não permitem erradicar a miséria de mais de um bilhão de famintos. Não por acaso, tal sistema econômico e social está historicamente esgotado.

A essência da decomposição do capitalismo está na impossibilidade de um amplo crescimento econômico na medida em que a contradição entre a potencialidade alcançada pelas forças produtivas se choca com as relações monopolistas de produção, resultando em crise constantes e mais

intensas. É o momento histórico em que a contradição entre a produção social e apropriação capitalista se agrava, convertendo-se em choques permanentes.

O avanço da crise amplia as tendências reacionárias do imperialismo, como o saque em grande escala sobre as semicolônias, a quebra de parte de forças produtivas, as guerras, os choques comerciais entre as potências e o crescimento desenfreado do capital parasitário (sem nenhum vínculo com a produção), responsável por quebras de países.

A opressão nacional e social determinam o crescimento dos movimentos anticapitalistas e antiimperialistas em várias partes do mundo. Porém, a única classe que pode responder à desintegração do capitalismo, aglutinar em torno de si a maioria oprimida, erradicar a fome e a miséria de milhões e expropriar o grande capital nacional e monopolista é a classe operária. Isso em função do lugar que ocupa no processo de produção, não proprietária dos meios de produção. Essa classe genuína do capitalismo traz instintivamente os germens da destruição e também os embriões de uma nova sociedade, a comunista. Entretanto, a classe operária comparece, no atual momento, fragmentada, pela ausência do Partido Mundial da Revolução, expressão organizativa e programática da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Eleição na Volks

Os 2793 votos na Oposição mostram o descontentamento com o acordo de demissão e redução salarial

A eleição do Comitê Sindical da Volks esteve marcada pela divergência em torno do acordo maldito que demitiu 700 companheiros, reduziu em 15% os salários, aumentou a terceirização e introduziu os salários diferenciados.

O fato da chapa 1 obter 5829 votos e a Oposição 2793 levou a diretoria do sindicato a dizer: “os trabalhadores reafirmaram sua confiança no acordo de garantia de emprego e no projeto de preservação das conquistas com investimentos em novos produtos”.

É preciso pensar melhor no significado da votação. Se os 5829 votos podem ser entendido como apoio ao acordo, é preciso que se diga que os 2793 votos representaram quase um terço dos votantes contrários ao acordo maldito. Se três meses atrás mais de 90% votaram na assembleia a favor do acordo, cedendo às pressões da empresa e da diretoria de nosso sindicato, agora um terço dos votantes na eleição do Comitê se colocou contra a diretoria que assinou o acordo.

Temos a certeza de que o número de companheiros descontentes com a redução de salário e duvidosos de que o emprego estará garantido por cinco anos crescerá ainda mais.

Os trabalhadores não votaram na política derrotista da diretoria do sindicato

O problema se resume em saber se a aceitação de um acordo imposto pelos patrões e sem a organização da luta pela direção do sindicato foi correto ou não. Nós dissemos que não foi correto. Toda vez que o patrão coloca demissão, redução de salário e destruição de conquistas trabalhistas a atitude certa é de organizar a greve e só o resultado da luta poderá indicar que tipo de acordo será realizado. Ou até mesmo não ter nenhuma acordo.

O que a diretoria fez foi impor uma derrota sem luta. Isso é política patronal.

Temos a certeza de que os companheiros que votaram na Chapa 1 da diretoria não chegaram a compreender isso e não votaram com essa política. Votaram sim na crença de que é melhor ter salário reduzido e o emprego. Mas com certeza não votaram a favor da demissão de 700 companheiros, que resultou da política derrotista da diretoria.

Não confundir incompreensão com apoio

Qual é o erro dos companheiros que votaram na crença de que é melhor ter o salário menor e o emprego? O erro está no seguinte:

- não pensaram que o acordo foi imposto com a colaboração da diretoria do sindicato, que desarmou nossa resistência contra qualquer demissão e redução salarial;
- não pensaram que a destruição de 700 postos de trabalho preparou o caminho para novas demissões em massa;
- não pensaram que a Volks iria reduzir os salários e jogar com a “flexibilidade” da jornada (a redução de 5 para 4 dias semanais foi uma jogada para justificar a redução de 15% nos salários);

- não pensaram que a cláusula do acordo de demissão por baixo desempenho (baixa performance) mantém a brecha para o desemprego;
- não pensaram que a bandeira da direção do sindicato de ajudar a bilionária multinacional nos “investimentos em novos produtos” se dá às custas da redução do salário dos já empobrecidos trabalhadores e às custas de mais desemprego, que atinge milhões e milhões em todo o país;
- por último, não entenderam que o acordo maldito está a favor da lei Dornelles, que acaba com os direitos trabalhistas da CLT (13, férias, licença maternidade, FGTS etc).

Se os companheiros que votaram na Chapa 1 tivessem compreendido o quanto o acordo enfraquece o movimento operário e fortalece o objetivo dos capitalistas, não teriam votado nos defensores do acordo.

Os 2793 votos na Oposição foi uma derrota para a diretoria do sindicato

É preciso ainda dizer claramente que os votos na chapa 1 foi mais por temor do que por entendimento do significado negativo do acordo. Ao contrário, os 2793 votos foi uma grande vitória.

Mas que vitória foi essa? Não foi vitória para eleger os membros da chapa 2 no Comitê e para concorrer como Oposição às eleições de nosso sindicato. Mas foi uma grande vitória por fato de um terço votar contra o acordo maldito.

Os acontecimentos futuros mostrarão se estamos ou não com a razão. Nós sabíamos que a denúncia do acordo provocaria muito ódio da burocracia do sindicato. E que esta faria de tudo para deturpar a divergência acusando a Oposição de ser responsável pelas demissões. Mesmo sabendo que seria uma arma eleitoral contra a Oposição, não arredamos pé. Continuamos dizendo que teríamos de acabar com o acordo maldito, para ter de volta os salários integrais e os empregos.

Uma votação de 2793 votos na Oposição foi uma derrota para os defensores do acordo maldito. Fortalece a posição de que é preciso defender a todo custo o salário e o emprego.

Precisamos de um outro acordo

Mantemos a posição de que devemos lutar pelas seguintes reivindicações: 1) garantir todos os empregos; 2) readmitir os demitidos; 3) reduzir a jornada sem reduzir os salários; 4) recuperar o que a Volks nos tirou no salário e nos direitos trabalhistas; 5) fim da terceirização. Isso é o mínimo para sustentar nossas condições de vida.

Mas é preciso que a luta contra o desemprego e a eliminação de direitos não fique nas quatro paredes da Volks. É preciso que o nosso sindicato faça uma campanha com todos os metalúrgicos unidos em torno de nosso plano de luta. Defendemos o sindicato convoque assembleias por fábrica e a assembleia geral para se aprovar a luta contra o desemprego e pelos direitos trabalhistas.

Fortaleza (CE)

Diretora da Escola Jonathan da Rocha persegue professores e pais

Na Escola Jonathan da Rocha, a diretora Terezinha Peixoto tem realizado uma verdadeira caça às bruxas a professores, pais e alunos que se contrapõem à sua política. Esta, como toda burocracia escolar, tem sido a correia de transmissão da política do prefeito Juraci Magalhães (PMDB) para o interior da escola. Não casualmente fez ameaças aos professores grevistas.

Durante todo o último semestre pro-

curou difamar o conselho escolar, por ter tido a ousadia de exigir que cada recurso devesse ser discutido precisamente com a comunidade antes da sua aplicação. Na verdade, uma reivindicação democrática que permite um primeiro passo rumo ao controle da escola pelos pais, professores, alunos e funcionários. No início deste ano, chamou a polícia para 5 membros do conselho acusando-os de terem incendiado a escola. Além de ten-

tar expulsar da escola dois professores que lhe fazem oposição, reprime o nascente movimento estudantil da escola. A enorme campanha de silenciamento dos opositores com difamações, ameaças etc. expressa o desespero da burocracia acuada pelo enorme descontentamento da comunidade.

O POR denuncia a perseguição política e faz campanha contra a repressão aos professores e alunos.

Curso sobre a História do Movimento Operário no Brasil

Parte II – de 1930 a 1964

Na parte anterior vimos o nascimento de dois movimentos importantes: o tenentismo e o partido comunista a partir de 22.

O **tenentismo** foi expressão do movimento de uma parcela da pequena-burguesia radical que queria melhoria das liberdades democráticas, existiam em seu interior várias linhas da esquerda nacionalista à direita nacionalista. Apareceu como um movimento radical, com sua camada principal, a baixa oficialidade das forças armadas (principalmente os tenentes), amotinando quartéis em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mais tarde, formou-se uma Coluna que se deslocou por grande parte do país.

Os jovens **comunistas** do país tiveram um grande problema em aprender a ser comunistas. Na fase entre o primeiro e o segundo Congresso, viam o movimento tenentista como um movimento retrógrado, não conseguiam enxergar as correntes divergentes em seu interior. A partir do seu segundo congresso (em 1925), muda radicalmente de posição. Concluem que deviam apoiar a ala radical da pequena-burguesia, pois esta representava os interesses da burguesia industrial (apoiada pelo imperialismo norte-americano), progressiva em relação à oligarquia latifundiária (apoiada pelo imperialismo inglês). Com isso viam a possibilidade de um setor do imperialismo ser progressivo, interessado na industrialização do Brasil.

O passo principal para aplicação desta política de apoio à burguesia dita “progressista” foi a organização Bloco Operário

e Camponês (BOC - 1927/28), uma frente eleitoral.

Mas a submissão dos sindicatos ao trabalho eleitoral do BOC fez com que se forjasse no interior do PCB a primeira crítica às posições do partido. Ao mesmo tempo que isto se procedia, começaram a haver contatos com grupos de oposição de esquerda na Europa (o estalinismo já começava a controlar a Internacional Comunista). E se funda o Grupo Comunista Lenin (primeira agrupação de trotskistas no Brasil ainda em 1928, trabalhava como oposição interna ao estalinismo).

Ao mesmo tempo que isto ocorria, era dada uma guinada no estalinismo internacional que depois do VI Congresso da Internacional Comunista (completamente estalinizado) passa a adotar a política do Terceiro Período.

Segundo esta política, as condições para a revolução em todos os países estavam dadas, bastava impulsionar a luta das massas e não se aliar às correntes do reformismo (considerado o principal inimigo para o proletariado no momento).

A antiga direção do PCB é deposta e colocados elementos mais maleáveis à direção estalinista internacional, além de ser aplicada a nova política.

A chamada “Revolução de 30” serviu para tirar do poder a oligarquia cafeeira e tentar colocar em seu lugar os setores que estavam descontentes com os rumos tomados (burguesia industrial, correntes nacionalistas, oligarquias minoritárias; estes logo cedo viram a necessidade de fazer

uma composição com a oligarquia cafeeira).

Esse movimento fez com que o tenentismo sofresse sua primeira divisão entre os que apoiavam a “Revolução”: os chamados outubristas (Clube 3 de Outubro) e um setor minoritário que se colocava por um movimento de massas, este liderado por Prestes, que funda a LAR (Liga de Ação Revolucionária).

Os estalinistas procuraram não atuar no processo. Os trotskistas mesmo fracos procuraram mostrar a necessidade do proletariado dirigir o movimento.

Em 1932, houve uma tentativa da oligarquia paulista retomar o poder através das armas, desta vez aliada ao setor que apoiara o Movimento de Vargas (Partido Democrático), que via problemas na consolidação de um processo democrático.

Vargas mesmo ganhando a luta contra os paulistas se vê obrigado a negociar. Os outubristas de cunho fascista começaram a perder importância no governo. Isto fez com que dentro do movimento **outubrista** fossem se definindo duas poderosas correntes os **integralistas** (Movimento de Ação Integralista, de cunho fascista) e os **socialistas** (que mais tarde integrariam a ala esquerda da UDN, a Esquerda Democrática).

Ao mesmo tempo que surge o Integralismo e seus bandos fascistas, que se colocam por combater os movimentos sindicais, surge a necessidade da construção de uma frente antifascista.

A Liga Comunista Internacionalista

(nome que assume o GCL depois de 1933, já como um Partido Trotskista Independente) passa a atuar na formação da **Frente Única Antifascista (FUAF)** junto com os socialistas e setores classistas. O PCB nega-se, neste momento, a fazer parte da frente.

O principal movimento da FUAF foi em 7 de outubro de 34, chamado da "Revolução das Galinhas Verdes". Os setores antifascistas expulsaram os integralistas da Praça da Sé, quando estes comemoravam o aniversário de fundação.

Em nível internacional, a Internacional Comunista sofre mudança da linha do Terceiro Período, passa no VII Congresso da IC (1935) para a tática das Frentes Populares. Mas havia uma divisão no seio da IC, pois esta mudança era muito radical. O Congresso foi adiado e em seu lugar tentou-se uma Conferência com os Países Latino-americanos. Prestes (a esta época cooptado para a direção da IC) era contrário à nova tática e colocava a possibilidade da revolução armada no Brasil. Nos outros países, como o Chile, optou-se pela frente popular.

Com isso, inicia-se em abril de 1935, a tentativa da tomada do poder pela construção da Aliança Nacional Libertadora.

A ANL colocava para as massas a construção de um movimento de esquerda por liberdades democráticas que rapidamente cresceu, em menos de 4 meses foram fundados 1500 núcleos (em maio de 1935 contabilizavam uma entrada de 3 mil novos militantes por dia). Os trotskista atuavam em seus organismos de base criticando a direção do movimento e o método oportunista da direção, mostrando a necessidade de ser dirigida pelos operários e não pelos tenentes.

Vargas, temendo a generalização do movimento, põe na ilegalidade a ANL, em 12 de julho. O PCB esperava que isto gerasse uma revolta no interior do movimento que poderia deflagrar a insurreição, mas nada disso aconteceu. Ao ser fechada a ANL, seus militantes a abandonam sobrando o núcleo do PCB e alguns tenentistas apoiadores de Prestes.

A crítica **trotskista** surte efeito e alguns militantes do PCB colocam um documento contra os métodos de Prestes, mas acabam sendo expulsos. Mesmo assim Prestes insiste em continuar com o movimento acreditando na possibilidade de que a sublevação de alguns quartéis poderia ser vitoriosa.

Ocorre que Vargas conhecia os movimentos de Prestes, já havia infiltrado espiões na direção do PCB. Fez com que o

movimento começasse antecipadamente em Natal de forma isolada, tomando pontos estratégicos da cidade e fazendo com que o governador saísse em busca de reforços. A resistência em Natal durou cerca de 5 dias. Houve também o levante em quartéis em Recife e no Rio de Janeiro, mas foram rapidamente debelados. O levante militar se mostrou alheio à classe operária e sua direção. O golpismo militarista é estranho ao método de luta da classe operária.

A repressão que se seguiu ao fracasso da quartelada foi brutal, cerca de 20 mil pessoas foram presas. Houve um total desmantelamento das organizações de esquerda neste período.

Na prisão, os **trotskistas** se encontram com os comunistas que criticaram o movimento golpista de Prestes e formam o Partido Operário Leninista.

Já o **PCB**, depois da tragédia do golpe segue a linha internacional da frente-popular.

Estavam programadas eleições presidenciais para 1937 Vargas propunha o nome de Zé Américo, a oposição propunha Armando Sales (governador paulista). O PCB se encontrava dividido entre as candidaturas e as posições se extremaram. Mas antes de se consumir uma escolha Vargas dá um golpe de Estado e implantava o chamado "Estado Novo". Concentra poderes de ditadura civil.

Os trotskistas conseguiram neste período atrair o setor que se colocava contra o estalinismo e formaram o Partido Socialista Revolucionário (PSR).

O fim da II Guerra mundial trouxe a política da coexistência pacífica. Vargas, apesar de suas tendências fascistas, é obrigado a apoiar os aliados na guerra. E com seu término é obrigado a democratizar o Estado.

Este período tem início quando Stalin acaba com a III Internacional em 1943. No Brasil, esta política é concretizada nos acordos da direção do PC com os homens de Vargas.

É o momento em que o PCB apóia o movimento "queremista" do trabalhismo, que junto com este mesmo trabalhismo funda o Movimento de Unidade dos Trabalhadores (MUT) e mais tarde a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O acordo com o Imperialismo no pós-guerra levou Vargas a avançar na "democratização" do país. Estavam colocadas a necessidade de uma nova constituição e de eleições presidenciais. Mas se temia que Vargas desse outro golpe como o anterior,

então antes que a oposição da UDN tomasse o poder os aliados do PSD tomaram (o General Dutra à frente).

Em 1946, nova mudança na conjuntura internacional com a guerra fria. Dutra agora presidente eleito inicia novo período de proscricção do PCB.

Em 1950, com o chamado "Manifesto de Agosto", o PCB aprofunda a tática de Frente Popular chamando a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, conclamando a burguesia nacional a derrubar Dutra. Um setor do partido é contra esta tática, mostrando que o Partido deveria iniciar mobilizações apoiadas nas reivindicações imediatas dos trabalhadores. Este setor posteriormente será expulso.

Em 1951, Vargas volta ao poder e busca continuar a desenvolver sua política nacionalista, desta vez apoiado na democracia burguesa, mas sofre várias pressões do imperialismo no sentido de quebrar as barreiras nacionalistas.

Os trotskistas sofreram o baque da divisão da IV Internacional em 1951 provocada pela tese de Michel Pablo de infiltração no estalinismo. Forma-se um movimento independente, a Liga Socialista Independente. Aqui termina o fio condutor que veio da oposição de esquerda desde 1928.

Um fato que marcou este período foi o movimento de reorganização da classe operária com a chamada greve dos 300 mil, em que rompendo com a direção trabalhista e estalinista grupos de base iniciam um grande movimento grevista em São Paulo coordenados pelo Comitê Central de Greve.

Em 1953, surge o **Partido Operário Revolucionário Trotskista** ligado ao Bureau Latino Americano da IV Internacional (ligado a Pablo), controlado por J. Posadas. Os posadistas se destacaram pelo trabalho entre os camponeses de Pernambuco com a entrada do grupo do PCB que era contra o "Manifesto de Agosto".

Vargas acaba não resistindo as pressões do imperialismo e se suicida.

As forças do imperialismo procuram desesperadamente acabar com a política nacionalista. O ataque ao que sobrou das forças nacionalistas ira terminar com o Golpe de 64. O Partido Comunista, já profundamente estalinizado, caminha para uma grande crise. O posadismo, que procura se passar por trotskista, logo se mostra o último elo de uma cadeia de fracassos da oposição trotskista original em pôr em pé o partido operário revolucionário e lutar pela IV Internacional.

O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas 160. Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos aparecem anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

“Questões de Organização” foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo as tentativas de organização foquistas do período.

Questões de Organização I - Programa e Organização Fundamento Político do Problema (V)

A célula, que vive e se desenvolve no seio das massas, é um elemento ativo, na medida que é parte da organização da vanguarda e de que participa diretamente na evolução da consciência de classe, não se limita simplesmente a vincular a vanguarda ao seio da classe, mas age no interior do partido, refletindo assim uma atividade das massas. A célula incorpora o programa partidário através da luta de classe e ao assimilar a experiência desta impulsiona o ajuste e o desenvolvimento das propostas programáticas. O ultraesquerdismo não precisa de células, não neste sentido que propomos acima, porque para eles a revolução é um fenômeno estranho e externo ao proletariado.

O trabalho cotidiano das células permite que o partido se converta na vanguarda da classe, quer dizer, que o programa se torne direção destas, que é

justamente quando as idéias se transformam em força material. Já um grupo ultraesquerdista, por mais incipiente que seja, já se considera direção e protagonista da revolução, não pode perder tempo esperando a evolução política das massas, pois esta seguro que poderá substituí-las e com vantagem.

O instinto de classe (que tem sua raiz no lugar que o proletariado ocupa nas relações de produção) é o germe de sua consciência e ambos são processos em constante transformação e inter-relação. Ao longo da luta de classes não deixam de aparecer brotos de atitudes instintivas ou espontâneas. A experiência acumulada pelo proletariado em sua luta elementar ou sindical, vai permitir, em certo nível, o salto qualitativo da atividade instintiva e sua transformação em consciente. Este salto não se produz mecanicamente, por si mesmo, mas que é conseguido pela mediação imprescindível do partido político do proletariado, que é o portador da ciência social (marxismo) no seio das massas. Assim se demonstra que depois de um certo grau de

desenvolvimento do proletariado se coloca como uma necessidade histórica (impostergável) a estruturação do partido político, pois constitui o elemento decisivo para sua formação como classe. A política revolucionária não brota de forma natural da atividade espontânea dos operários, mas vem de fora como programa político partidário.

O Partido é desta forma, o resultado da evolução do assalariado. Expressa, concentra e potencia a consciência classista, que esta se transformando sem cessar. Forma-se como programa (expressão consciente e exterior à classe por encarnar a teoria, e sem dúvida, parte vital desta, pois atua sobre a classe e termina por dirigi-la) fora da classe, mas seu destino é fundir-se com esta para transformá-la qualitativamente. Esta é sua prática revolucionária: conhecer o proletariado e atuar sobre ele para transformá-lo e, simultaneamente, para se autotransformar em uma poderosa organização, na direção política das massas.

Imperialismo ameaça a humanidade

Os Arquivos Nacionais da Casa Branca divulgou a discussão (25 de abril de 1972) entre o Presidente Richard Nixon e Henry Kissinger em torno da conveniência dos Estados Unidos soltarem a bomba nuclear sobre o Vietnã. Frente a possibilidade de derrota, deu-se o seguinte diálogo: “Prefiro usar a bomba nuclear, disse Nixon.” “Acho que seria um exagero, ponderou Kissinger.” “Eu só quero que você pense grande, emendou o presidente americano” (reproduzido pela *Veja*, 6/3/2002)

Um mês depois, em outra reunião, Nixon voltou à intenção de destruir o Vietnã do Norte. Diz a Kissinger: “A única

coisa em que discordamos é sobre os bombardeios. Você fica aí preocupado com os civis, e eu não dou a mínima”. Essa é a mentalidade do imperialismo.

As condições políticas mundiais e a campanha contra a invasão norte-americana do Vietnã, bem como as manifestações internas aos Estados Unidos, fizeram com que Kissinger temesse a sinistra intenção de Nixon e este desistisse dela.

A guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã, com seu sofisticado armamento - lembremos da temida bomba napalm - deixou três milhões de vietnamitas mortos para cinquenta e

oito mil soldados norte-americanos. São esses imperialistas que bravejam contra os genocídios na ex-Iugoslávia, África etc e comparecem como vigilantes dos “direitos humanos”.

Mas os açougueiros do mundo não podem desistir de sua vocação bélica. Eis a notícia mais recente: “Washington - O governo do presidente americano, Georg W. Bush, determinou que os militares preparem planos de contingência para o uso de armas nucleares contra pelo menos sete países e desenvolvem armas nucleares menores para utilização em determinada situação de combate” (Relatório Secreto do Departamento de

Defesa). Os alvos seriam a Rússia, Iraque, Coreia do Norte, China, Síria, Irã e Líbia.

Segundo estrategistas, essa posição de força é necessária pós-guerra fria. Tratados como TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear) e ABM (Tratado de Antímísseis Balísticos) já não têm a menor validade, considerando que os Estados Unidos se destacaram com uma hegemonia inquestionável nas últimas décadas. Tais tratados serviram aos interesses do imperialismo ianque enquanto perdurou o objetivo de pôr a ex-União soviética de joelhos e limitar a corrida nuclear de outras potências (França e Inglaterra), bem como dissuadir países semicoloniais que poderiam chegar a esse tipo de armamento.

O documento Revisão de Posição Nuclear (NPR) do Pentágono conclui: "esse processo antigo é incompatível com a flexibilidade que o planejamento e as forças americanas agora exigem" (Estado, 17/3).

A posição de Bush de destituir o embaixador brasileiro do cargo de diretor-geral da Organização para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq) foi a resposta à idéia do diplomata José Maurício Bustani de que se fizesse também inspeção na indústria química dos Estados Unidos. Somente à maior potência do mundo é permitido entrar nos países semicoloniais, como Iraque, Índia etc

e dizer que armamento podem produzir ou ter. A indústria da guerra é monopólio do imperialismo, sobretudo dos Estados Unidos, que podem invadir qualquer país atrasado, cercá-lo ou puni-lo economicamente.

O vazamento de documentos confidenciais sobre o uso de armas nucleares ocorre justamente no momento em que os Estados Unidos preparam a invasão do Iraque e retomam a mira sobre o Irã, Síria e Coreia do Norte. O nacionalismo desses países atrapalha a marcha expansionista dos monopólios e conturba a paz dos saqueadores do mundo. O imperialismo não tolera, principalmente na situação de crise econômica e de acirradas disputas pela repartição do mundo entre o punhado de potências, nenhuma contestação de nações oprimidas, mesmo que estejam sob governos pró-capitalistas. Os monopólios industriais, financeiros e comerciais estão em total contradição com quaisquer traços de autodeterminação e soberania dos povos semicoloniais.

O problema não pára aí. A crise joga potência contra potência, monopólios contra monopólios. A burguesia norte-americana acumulou experiência com as duas guerras imperialistas. Tem a clareza necessária que em qualquer conflito bélico estará no seu centro. Sua hegemonia tem de ser assegurada pela expansão, o que implica a supremacia

armamentista e militar incontestável. O plano da minibomba nuclear e outros armamentos do gênero expressa os choques das forças produtivas com as relações de produção monopolizadas e com as fronteiras nacionais. Indicam a decomposição do capitalismo e as forças cegas da barbárie burguesa.

É nesse sentido que dizemos - acreditamos sem exageros - que o imperialismo ameaça a humanidade.

A organização do proletariado mundial para a revolução social é uma contingência histórica, da qual os trabalhadores não poderão se furtar. Estamos atrasadíssimos na construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. Ou seja, na reconstrução da IV Internacional. Todo esforço da vanguarda mundial deve ser a de assimilar o Programa de Transição, aplicá-lo em seus países, de forma a pôr em pé as seções da IV Internacional.

O combate ao imperialismo e seus laços está no centro da tarefa histórica de destruição do capitalismo da época monopolista. O comunismo é o futuro da humanidade. O seu presente está no trabalho pela formação do Partido Mundial da Revolução Socialista, que poderá organizar a resistência dos oprimidos em toda parte e uni-los em uma só força revolucionária sob o Programa da IV Internacional.

Oriente Médio: o imperialismo manobra para se impor

A constante e insistente resistência palestina à ocupação de Israel dos territórios demarcados, apesar dos bombardeios, massacres e destruição de bairros palestinos inteiros, fez com que o imperialismo mudasse de discurso. Se antes os grupos palestinos eram apenas mais terroristas que deveriam ser eliminados, e por isso o governo Bush apoiou a ocupação militar israelense, agora manobra em torno da retirada das tropas das áreas ocupadas e da formação de um Estado palestino.

Trata-se de uma mudança tática. O objetivo estratégico do imperialismo continua sendo o mesmo para a região. Trata-se da necessidade de impor pela força governos marionetes nos países da principal região exportadora de petróleo

do mundo, e assim ter total controle imperialista sobre a produção e preços dessa matéria-prima, que é a mais importante de todas. O preço das matérias-primas tem relação direta com um terço de todo o movimento do mercado de ações no mundo. É baseado nesses preços que se realizam as operações de derivativos (commodities) e ter controle sobre eles é ter o poder de atenuar as conseqüências das tendências recessivas mundiais sobre o mercado financeiro, pela valorização artificial dessas ações e daquelas vinculadas às multinacionais do combustível (Shell, Exxon etc.).

A região da Palestina é estratégica para esses fins do imperialismo. O Estado de Israel é seu enclave na região. Mas

nunca conseguiu sufocar a revolta da nacionalidade palestina. O projeto de estabelecer um acordo de paz baseado na criação da chamada Autoridade Palestina e utilizar a fração mais conciliadora com Israel, a Fatah de Arafat, para combater as frações mais radicais do nacionalismo palestino (Hamas, Hezbollah etc.) fracassou completamente. A manutenção da opressão nacional impulsionou a resistência de massa palestina e até mesmo setores da Fatah de Arafat têm realizado ataques contra Israel. O imperialismo constatou a impotência de Arafat para reprimir as facções rebeldes. Passou a trabalhar num outro sentido.

A retirada das tropas de Israel dos territórios da chamada Autoridade Pa-

lestina e a implantação de um Estado palestino autônomo baseado nas faixas de Gaza e Cisjordânia passou a integrar a nova tática imperialista. Nesse novo quadro, os EUA contam com a possibilidade de melhores condições de repressão às massas insurrectas e aos grupos radicais por um Estado Palestino, e não mais só pelo opressor Estado de Israel. Ao mesmo tempo, contam com a pressão externa que seria exercida pelos governos de países vizinhos, domesticados pelo intervencionismo militar ianque na região, contra o Estado palestino e a Síria nacionalista, único rival militar local de Israel. Depois da criação de um governo fantoche no Afeganistão, os EUA concentram seus objetivos militares no Iraque. A ocupação militar do país pelas tropas imperialistas é questão de tempo, dependendo da repressão sobre o movi-

mento antiimperialista das massas árabes e muçulmanas que se choca com os governos entreguistas (Arábia Saudita, Egito, Jordânia etc.). Os EUA articulam com grupos rebeldes no Iraque a realização de uma investida semelhante àquela no Afeganistão: os ianques vão despejando bombas e fornecendo suprimentos ao avanço "rebelde", até a tomada do poder e instalação de mais um governo fantoche. E tudo indica que os EUA não vão parar por aí. A imprensa mundial destacou os gastos de 14 bilhões do governo de Saddam Hussein na área militar nos últimos dez anos. Mas isso é uma gota no oceano, comparado com o orçamento militar anual ianque de 380 bilhões de dólares.

O êxito da luta dos palestinos por sua autodeterminação depende da destruição do Estado de Israel. Não é possível

haver o enclave imperialista e autodeterminação, pois a existência de Israel depende da opressão sobre os palestinos. É um Estado que não pode sobreviver sem uma política expansionista e de opressão nacional. Precisa explorar a força de trabalho vizinha e seus recursos naturais. A aceitação da existência do estado sionista pela fração de Arafat mostra que é incapaz de levar adiante sequer um nacionalismo consequente. A emancipação dos palestinos virá pelo armamento da população, pela construção de um partido revolucionário que trabalhe pela destruição do enclave imperialista, e pela revolução proletária.

A luta antiimperialista das massas oprimidas terá de derrubar a feudal-burguesia árabe e muçulmana e estabelecer um poder próprio da classe operária e dos camponeses pobres.

O proletariado esteve presente no último conflito

Não falamos das massas operárias, mas do proletariado como classe, livre ideologicamente da burguesia, como teoria-programa, como partido, o que lhe permite estar presente e trabalhar politicamente através de outras classes sociais.

O partido operário revolucionário, que programaticamente é a organização política do mais avançado da vanguarda do proletariado, a expressão da finalidade estratégica e das medidas táticas capazes de materializá-la (ditadura do proletariado ou governo operário camponês e frente antiimperialista). Daqui tiramos a importância e significado de sua presença nos últimos conflitos sociais, particularmente em Cochabamba. Resumo do expressado até esta altura: quando o POR está presente em um acontecimento da luta de classes, quer dizer que está atuando a política do proletariado, não poucas vezes encarnado-se em setores das outras classes sociais. É preciso sublinhar a transcendência da participação do proletariado no desfecho dos acontecimentos sociais.

O POR nos acontecimentos de Cochabamba

Os componentes da URUS (União Revolucionária de Universitários Marxistas, nota do tradutor), conformado

por universitários marxistas da UMSS de Cochabamba, encarnam a política do proletariado e sua atuação junto aos cocaleiros (se protegeram na universidade) implicou na presença da política do proletariado, sua transcendência radicou em haver dado expressão política aos objetivos finais da luta. Não se deve esquecer que o mesmo papel, ainda que em dimensões impressionantes, teve a participação porista (como partido e a partir das bases) na Assembléia Popular (1971), uma das maiores expressões da luta revolucionária no país.

O Comitê regional cochabambino porista distribuiu diariamente seu jornal "Amanhecer Vermelho" (Puka P'unchay) e reproduzimos alguns números nesta edição de "Masas".

Os militantes uristas se distinguiram pela sua notável capacidade doutrinária e por sua coragem indiscutível na luta.

Colocações fundamentais do POR

Recuperou-se a consigna tradicional

do movimento cocaleiro e camponês: "Livre cultivo, comercialização e industrialização (inclusive a fabricação de cocaína) da folha de coca". Implica num franco repúdio aos burocratas sindicais corruptos e entreguistas.

Assinalou-se com persistência a necessidade de transformar a luta do bloqueio de estradas em um movimento nacional, a fim de que a atividade das massas se transforme em francamente política e faça da consigna uma realidade.

Fez-se o possível para assinalar com clareza os inimigos, que é preciso sepultar: o imperialismo opressor e explorador, a classe dominante nacional e seu governo de turno.

Explicou-se com paciência que o parlamentarismo não é o caminho para a conquista do poder e que a confiança no poder legislativo constitui um obstáculo na luta que se trava e que o método de luta é a ação direta.

(extraído do Masas boliviano nº 1795, de 29/02/2002)

Argentina:

As mobilizações se aprofundam e a solução se distancia

Os camaradas do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional da Argentina estão certos quando sustentam que a principal limitação para o desenvolvimento da situação política que começamos a viver é a debilidade extrema da direção revolucionária – ou do partido –, que, em última instância, expressa a independência de classe.”

A lição das massas

O assalariado e amplos setores da classe média têm dado uma soberba lição aos partidos políticos burgueses tradicionais e também aos que ostentam facetas “esquerdistas”. Nas ruas e nas estradas demonstraram que a ação direta de massas varre com todas as ficções legais ou constitucionais.

Demonstrou-se uma vez mais que, quando as multidões ganham as ruas, se convertem na única autoridade e impõem à força sua vontade e tendem a pulverizar até mesmo os partidos supostamente radicais.

O ensinamento que se perfila na Argentina: o grosso das classes sociais sacudidas pelos acontecimentos sociopolíticos tendem a se esgotar nos seus impulsos instintivos, não podem dar respostas políticas, que partem da consciência de classe do proletariado, cuja conduta se torna totalmente independente em relação à classe dominante, a seu governo e seus próprios partidos políticos. É o momento em que a sorte dos acontecimentos passa para as mãos do partido político revolucionário.

É o partido político do proletariado?

Pode ser que nos encontremos di-



ante do germe do partido político do futuro, mas a situação política argentina lhe obriga a atuar como direção das massas enfurecidas.

Independentemente da dinâmica situação política, o germe de partido político deve lançar-se à ação para assentar os alicerces da vanguarda da classe operária politicamente organizada. Não se deve esquecer que a agitação das massas encurta os prazos para o amadurecimento das células, para a assimilação da teoria etc.

Pode-se dizer que chegou o momento para que os grupos incipientes até a véspera se lancem atrevidamente ao seio das massas e comecem a trabalhar politicamente em seu seio.

Este trabalho cotidiano, que inevitavelmente terá mais erros que acertos, deve realizar-se no marco de uma autocrítica severa, a fim de po-

der assimilar devidamente as lições da experiência vivida.

● trabalho a se realizar

É fundamental penetrar celularmente no seio das massas e trabalhar ombro a ombro com os diversos setores sociais.

O objetivo central é se orientar sobre as tendências que vão germinando no seio das massas; partindo desta realidade há que proclamar os objetivos políticos que correspondem à evolução política que ocorre.

Tanto as propostas que se dão como o curso que seguem as massas devem ser matéria constante de autocrítica e de análise permanente.

O objetivo é fazer partir do seio das massas as lideranças que materializem a estratégia.

(extraído do Masas boliviano nº 1794, de 22/02/2002)